

SARNEY EXCLUSIVO:

12 ABR 1987

"A área militar é a única que não me dá problemas"

Senhor conseguiu se impor perante a Nação quando implantou o Plano Cruzado, que lhe rendeu 87 pontos percentuais de popularidade. O Plano — como é sabido — fugiu do controle do Governo por uma série de razões e sua popularidade despencou, em novembro/dezembro, para magros 17% da aceitação popular. Como funciona, no plano emocional, esta oscilação de popularidade?

— Eu, como político, não sou insensível à popularidade. Acho que todo político pensa coletivamente, não individualmente, e, portanto, deseja estar em sintonia com as aspirações populares. Mas não tenho, ao contrário do que muitas vezes tenho visto publicado, a síndrome da popularidade.

Acho que as pesquisas são válidas porque elas são instrumento moderno de governo para detectar as linhas de reivindicações que existem dentro da sociedade. A popularidade pessoal nas pesquisas funciona para mim como uma curiosidade. Mas, eu não conheço nenhuma pesquisa que tenha apontado esses índices de 17% para a atuação do Presidente ou do seu governo. Nas pesquisas que passaram pela minha mão até hoje, esses índices de julgamento do povo jamais baixaram da escala de cinquenta e poucos por cento.

Como um intelectual, homem de sensibilidade, evidentemente que em tudo que faço ponho um pouco de paixão e de sentimento, um pouco de emoção e de sentimentos. E isso eu não posso esconder. As pessoas que comigo convivem vêm no meu rosto como eu estou reagindo aos fa-

O Presidente José Sarney rebate as acusações de que "falta pulso" em seu Governo: "Tenho tomado as decisões mais firmes do período contemporâneo da política brasileira". E repele a sugestão de um governo no estilo do "soco na mesa", ao dizer que jamais usará da autoridade "para convertê-la em mandonismo, ameaçar ou perseguir pessoas ou usar indevidamente o poder".

A pergunta da repórter, como está vendo os rumores de golpe, responde tranqüilo que "isto não passa de especulação. O que há é que as pessoas estão, ainda, desacostumadas a um regime de liberdade e democracia". E diz mais: "A área militar é a única que não me dá problemas".

Quando o assunto é turbulência, deixa escapar uma queixa sobre o que considerou "incompreensão de alguns setores". Mas encara com naturalidade a grande insatisfação da classe média pela perda de seu poder aquisitivo:

— Reconheço que, com uma inflação alta como nós estamos vivendo, numa fase de acumulação de preços relativos e uma transição econômica, nós não podemos esperar que não haja dentro da sociedade uma grande insatisfação", disse o Presidente.

Ele manifestou — nesta entrevista exclusiva ao CORREIO BRAZILIENSE — compreensão à grande reação da sociedade pela cobrança do imposto de renda, mas justifica que está "apenas executando o que foi votado pelo Congresso Nacional em 1985, quando foi feita a reforma tributária". Conta que tentou minorar a situação, reduzindo o desconto na fonte, determinando a aplicação da correção monetária e dilatando o prazo para o pagamento do imposto. Sarney não sabe ainda quando vai ter de pagar o fisco. Não teve ainda tempo de fazer a sua declaração do Imposto de Renda.

Durante a entrevista, o presidente confirma a existência de um plano de ajuste da economia que prevê como o País vai manter o crescimento econômico, evitar a recessão e ao mesmo tempo combater a inflação: O plano do Funaro. Mas ele não dá pista de quando será implementado. Limita-se a dizer: economia não é geometria, todo dia são necessários corretivos estratégicos.

Entrevista a
DILZE TEIXEIRA
Da Editoria de Política

Eu não tenho síndrome da popularidade. Acho válidas as pesquisas para detectar reivindicações. Popularidade pessoal é só uma curiosidade



Não uso a autoridade para convertê-la em autoritarismo ou em mandonismo. Nem para ameaçar ou perseguir as pessoas ou para usar indevidamente o poder. Acho que soco na mesa não funciona. É um tipo de demagogia

coformada com a perda do poder aquisitivo, rejeita seu Governo?

— Eu acho que a classe média, como tem o maior poder de vocalização, é a que mais pode apresentar a sua insatisfação. Reconheço que, com uma inflação alta como nós estamos vivendo, numa fase de acumulação de preços relativos e uma transição econômica, nós não podemos esperar que não haja dentro da sociedade uma grande insatisfação. Mas eu tenho certeza de que essas dificuldades vão ser superadas e, naturalmente, que a classe média compreenderá as decisões tomadas neste período, e que têm por objetivo evitar que vivamos um clima de hiperinflação, como foi largamente anunciado como uma expectativa provável.

O país já está mudado. A situação social é diferente e nós esperamos que ela cada vez melhora mais. A turbulência é do crescimento

A classe média, fundamentalmente, está reagindo contra a taxa do Imposto de Renda. A propósito, quanto o Sr. vai pagar este ano de Imposto de Renda?

— Eu acho que o problema do Imposto de Renda provocou e está provocando uma reação grande. Mas nós apenas estamos executando o que foi votado pelo Congresso em 1985, quando foi feita a reforma tributária. Eu procurei, através de um decreto, aliviar o problema, quando reduzi o desconto na fonte, mandando que fosse feita a correção monetária, e também quando dilatei o prazo de pagamento em oito prestações. Com uma inflação, como eu disse, alta, com o pagamento do imposto diluído em oito prestações sem correção monetária, evidentemente que a tendência é que essa carga seja aliviada. Isso não exclui o prosseguimento dos estudos, as análises sobre o Imposto de Renda, de modo a verificar se realmente as denúncias de taxaço impossível de ser paga correspondam à realidade dos fatos. Quanto à minha declaração de Imposto de Renda, ainda não tive tempo de fazê-la.

O Governo vem sendo cobrado — a nível interno e externo — pela ausência de um plano econômico que combata a inflação, baixe os juros, reduza o déficit público, sem permitir que essas medidas comprometam o crescimento econômico. Quando e como isto ocorrerá?

— O plano existe. Acontece que economia não é geometria: todo dia são necessários corretivos estratégicos. Agora mesmo, o ministro Funaro acaba de apresentar, na reunião do PMDB, um novo plano, que prevê como o País vai manter o crescimento econômico, evitar a recessão e ao mesmo tempo combater a inflação.

Há muita especulação em torno deste novo plano de ajuste econômico. O que gostaria de saber objetivamente: os economistas Persio Arida e André Lara Rezende, estão, realmente, trabalhando neste plano? Ele seria implantado até o final de maio? Em que val diferir dos anteriores?

— Os economistas Persio Arida e André Lara Rezende, que prestaram grandes serviços ao País na formulação do Plano Cruzado, sempre colaboraram com o Governo com suas inteligências e experiências. Mas não existe esse plano que eles teriam que apresentar até o mês de maio.

Sensível como o Sr. é, tem consciência de que o futuro de seu Governo, inclusive do seu mandato, depende da superação da crise econômica e que para isto não contará, exatamente, com a política econômica do PMDB. Por que o Sr. não assume pessoalmente a condução do processo e governa com um ministério de sua inteira confiança e reconhecida competência, num nível suprapartidário?

— Eu assumi o Governo para cumprir os compromissos da Aliança Democrática, que foram assinados por Tancredo Neves. Eu acho que a política tem que ter uma base ética e eu sou prisioneiro desses compromissos e não posso abandoná-los adotando uma posição pessoal no nível suprapartidário.

A moratória foi por certo tempo bandeira do PMDB e dos setores mais progressistas da sociedade. Como o Senhor explica o insignificante apoio que a medida recebeu desses mesmos segmentos?

— Toda bandeira política, uma vez consolidada, tende a não alimentar a paixão que despertou durante o seu tempo de movimento. Hoje, a moratória não é mais um "slogan", é uma realidade. Nós temos que executar a e não de pregá-la, além de saber como é que vamos negociar internacionalmente de modo que o Brasil continue crescendo sem que tenhamos que sangrar a nossa economia além daquilo que ela suporta.

Esta semana o Sr. criou a Comissão de Assessoramento da Dívida, indicando, inclusive, o ex-chanceler Saraiva Guerreiro, como negociador oficial junto aos credores internacionais. Muito já se falou sobre is-

to, mas gostaria que o Sr. pessoalmente, explicasse qual a sua idéia ao criar este comitê, e por que Saraiva Guerreiro?

— Quando nós criamos a comissão de assessoramento da dívida interna, o objetivo do Governo foi profissionalizar a negociação. E uma comissão composta de todas as autoridades envolvidas no problema do comércio exterior brasileiro, todas as pessoas envolvidas com o setor externo financeiro do País, dessa comissão fazem parte o presidente do Banco Central, o diretor da Cacex, o vice-presidente do Banco do Brasil da Área Externa, o chefe da Assessoria Externa do Ministério da Fazenda, enfim, também outras autoridades que trabalham nessa área.

A comissão é presidida pelo ministro da Fazenda, que executa a política econômica do Governo. A presença, nessa comissão, de um diplomata de alto nível se justifica porque, uma vez iniciadas as negociações, elas vão durar muito tempo e nós temos que colocar uma pessoa que tenha experiência e que seja um profissional de negociação. O órgão que o País tem e de que dispõe para representá-lo no exterior é o Ministério das Relações Exteriores. E no Ministério das Relações Exteriores fomos buscar um diplomata, o ministro Saraiva Guerreiro, de longa carreira, um homem de grande competência, um profissional que já foi ministro das Relações Exteriores, uma das presenças decisivas na organização do consenso de Cartagena, que trata do problema da dívida dos países latino-americanos e que foi também o embaixador do Brasil no Gatt (Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas) em Genebra.

Com o quadro atual — sem nenhuma solução à vista para a dívida externa, a inflação de abril ameaçando repetir os 13 ou 14% registrados em março, os juros belando os 30% e uma insatisfação generalizada da população, agravada pelas pressões de direita e esquerda — qual o sentido de suas próximas viagens a Angola, Índia e China?

— Minha viagem a Angola, à Índia e à China não foi marcada agora. Nós não tínhamos uma bola de cristal para prever que estaríamos atravessando neste momento uma inflação de 14%, nem a alta taxa de juros. As negociações das visitas internacionais são feitas com bastante antecedência.

Nossa viagem à Índia e à China se justifica porque são países com a dimensão do Brasil. Agora temos que marchar para uma aliança com esses países do nosso porte, de modo a nos ajudar a vencer a crise que não é só interna, mas que também é a crise da ordem financeira internacional.

O Sr. deve lembrar a primeira entrevista que fiz com o Sr., logo após sua posse. Naquela ocasião o Sr. — ainda assustado com a reviravolta do destino que o levou à posição de Chefe da Nação — garantiu-me: "Só tenho um propósito e isto você pode me cobrar. Vou entregar este país ao meu sucessor com a face mudada, com o menor nível de pobreza possível. Melhor distribuição da renda e da justiça social". Dois

Plano econômico existe. Mas a economia não é como geometria: todos os dias são necessários corretivos estratégicos. Não existe plano de Arida e Lara



anos depois, ante este quadro de turbulência, o Sr. continua obstinado neste propósito?

— Eu acho que nada tenho a ratificar. Ainda não terminei o meu mandato, e o País já tem a face mudada sob todos os aspectos políticos. E um país hoje com uma Assembleia Constituinte montada depois de duas grandes eleições, a liberdade votou, outra é a dinâmica social, temos adotado o problema da pobreza, tivemos a maior distribuição de renda no pequeno tempo da nossa história com o Plano Cruzado, e nunca nenhum governo nosso investiu tanto no setor social. Só temos motivos para crer que vamos atingir a nossa meta. Se hoje, com dois anos, o País já está mudado e a situação social já é diferente, nós esperamos que cada vez ela melhora mais. A turbulência que nós estamos atravessando hoje é uma turbulência motivada pelo crescimento. Basta ver que o Brasil é o país que mais cresceu no mundo Ocidental. Ano passado tivemos o terceiro saldo de exportação do mundo, estamos com a maior safra agrícola de nossa história e tivemos também maiores ganhos reais dos trabalhadores no ano passado.

Hoje, o Sr. é vítima de insônia, perdeu sua privacidade e ganhou muitos cabelos brancos. Anda tenso e preocupado, é incompreendido e se defronta com um quadro de turbulência. Gostaria de que o Sr. me respondesse o seguinte: Em algum momento o Sr. pensou em renunciar? E mais: Está valendo a pena ser o Presidente do Brasil?

— Eu nunca pensaria em renúncia porque não desejaria, sob qualquer hipótese, passar à História como um Presidente que se omitiu num momento de crise. Com relação à segunda parte de sua pergunta, tenho a dizer que sou um homem que não tem vaidades. A Presidência da República é para mim um dever, não é uma vaidade. Mas se a pergunta é se vale a pena, eu só posso responder com Fernando Pessoa: "Tudo vale a pena/ se a alma não é pequena".

É o ficcionista — poeta e prosador — como se sente no olho deste furacão? Os discursos são suficientes para atender — pelo menos um pouco — a necessidade de escutar?

— Eu sempre tenho dito que para mim a política foi o destino e a literatura é a vocação. E quem tem vocação literária não passa um momento sem que faça um convite de noivado à literatura.

Eu, embora esteja mergulhado permanentemente nos problemas administrativos, não deixo de pensar como um escritor, escritor que espera valer-se dessa experiência para algum dia eternizá-la em livros.